

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG ) Nº 06.2021.00004006-0

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **Aline dos Anjos Vieira**, brasileira, solteira, CPF nº 051.356.849-21, com endereço na Rua Mathias Schell, ap. 41, Bl 11, Sertão do Maruim, São José - CEP 88.122-400, e-mail: alinearquivo2@gmail.com, doravante denominada compromissária, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 89, da Lei Complementar nº 197/2000, e **CONSIDERANDO**:

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- O princípio do poluidor-pagador previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente;

- A necessidade de se realizar o adequado licenciamento ambiental das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, de acordo com os instrumentos de gestão ambiental previstos na Política Nacional de Meio Ambiente e nas Resoluções do CONSEMA, visando, assim, o desenvolvimento sustentável;

- Os termos do Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, , que estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não sendo, as medidas indicadas no artigo anterior, suficientes para a reparação dos danos, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias;

- Os termos da Recomendação nº 54, do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- O que restou apurado no **Inquérito Civil Público (SIG) nº 06.2021.00004006-0**, cujos documentos coligidos demonstram que a compromissária causou dano ambiental, em razão de ter promovido a destruição de vegetação nativa, mediante corte e terraplanagem, sem qualquer tipo de autorização ou licença da autoridade ambiental competente, em área de 1.700,00m², situada na Estrada do Rio Forquilhas Baixo e Alto, Barro Branco, Município de São Pedro de Alcântara-SC, situação que acarretou a lavratura do Auto de Infração Ambiental nº 52850-A e do Termo de Embargo nº 46766-A, emitidos pela Polícia Militar Ambiental;

- As demais informações contidas nos autos, notadamente a intenção da compromissária em reparar o dano e promover a regularização da atividade desenvolvida no local, mediante execução de reparação ambiental, nos termos do Projeto de Recuperação de Área Degradada acostado aos autos, que, entretanto, deverá ser adaptado para a área de 2.000,00 m², área excedente àquela

da intervenção, como medida compensatória "*in natura*", pois em local diverso. Arcando, ainda, com medida compensatória/mitigatória inerente à compensação ao meio ambiente, o que se mostra adequado ante o seu conteúdo e atende a razoabilidade, independente de apreciação pelo Órgão Ambiental, haja vista a pronta e premente reparação ambiental;

- Por fim, que eventuais infrações penais são independentes, e serão averiguadas em separado nos autos do investigatório instaurado perante a Delegacia de Polícia de São Pedro de Alcântara-SC,

**RESOLVEM** celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

**DAS OBRIGAÇÕES:**

**Cláusula 1ª** - A compromissária **Aline dos Anjos Vieira**, por si e eventuais sucessores a qualquer título, assume, as seguintes obrigações de fazer:

**01** – Executar/implantar reparação ambiental, nos termos do Projeto de Recuperação de Área Degradada acostado aos autos, em área equivalente a 2.000 m², que deverá conter o plantio de mudas de vegetação do Bioma da Mata Atlântica, com pelo menos 1 (um) metro de altura, ordenadas de 3 (três) em 3 (três) metros, pelo menos, zelando para eventual substituição em caso de não germinação ou evolução do crescimento, no prazo de cento e vinte (120) dias;

**02** – Obrigação de apresentar relatório técnico contendo material fotográfico de acompanhamento da revegetação subscrito por profissional habilitado, no final do período indicado no item 01 (120 dias);

**03** – Obrigação de apresentar relatórios técnicos semestrais, durante o período de três (03) anos, contendo material fotográfico de acompanhamento da revegetação subscrito por profissional habilitado, para avaliar o grau de sucesso das atividades desenvolvidas e indicar se foram alcançados de forma satisfatória os objetivos da reparação ambiental, demonstrando a situação das áreas recuperadas;

**04** – Obrigação, em caso de transferência da propriedade ou da posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, de dar ciência à outra parte no negócio, e fazer constar, então, no contrato ou escritura pública

as obrigações assumidas e a respectiva multa pelo descumprimento, permanecendo os adquirentes como solidários em todas as obrigações assumidas;

**05 –** Obrigação de cumprir, como medida compensatória indenizatória prevista no art. 9º, inciso IX, da Lei nº 6.938/81 e disposições do art. 29, § 1º, do Ato nº 00395/2018/PGJ, o pagamento no montante de 3.000,00 (três) mil reais, podendo ser parcelados em trinta (30) vezes de igual valor, com vencimento a cada trinta (30) dias, sendo a primeira a contar da assinatura do presente, destinados **ao Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina**, criado pela Lei nº 15.694/2011, regulamentado pelo Decreto nº 808/2012, conforme art. 13, da Lei nº 7.347/85, mediante guias expedidas pela 10ª Promotoria de Justiça – Curadoria do Meio Ambiente.

**Cláusula 2ª** - A compromissária **Aline dos Anjos Vieira** assume ainda o compromisso de obter o licenciamento/autorização ambiental através do Órgão responsável para qualquer atividade/intervenção que, doravante, pretenda executar no local.

#### **DA MULTA:**

**Cláusula 3ª** - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pela compromissária, de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina - FRBL.

#### **DO ADIMPLEMENTO:**

**Cláusula 4ª** - Fica consignado o prazo de dez (10) dias úteis, para as respectivas prestações de contas nos autos do Procedimento Administrativo a ser instaurado para acompanhamento do TAC, contados da data do vencimento de cada obrigação assumida.

#### **DA EXECUÇÃO:**

**Cláusula 5ª** - Na hipótese de não cumprimento pela compromissária, de quaisquer das obrigações assumidas no presente

Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula 3ª, o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

**DA VIGÊNCIA:**

**Cláusula 6ª** - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual serão contados os prazos acima estipulados.

**6.1** – Os prazos acima fixados poderão ser, eventualmente, prorrogados a pedido da compromissária, independentemente de Termo Aditivo, desde que apresentada justificativa razoável para o atraso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas (02) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 10 de maio de 2023.

**Raul de Araujo Santos Neto**  
**Promotor de Justiça**  
**Curadoria do Meio Ambiente**

**Aline dos Anjos Vieira**  
**Compromissária**

**TESTEMUNHAS:**

**Fernanda M. P. Luz**  
RG nº 4.151.184

**Thays C. V. Schumacher**  
RG nº 5.091.800